

**Relatório da Administração**
**Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.), "Banco de Investimento", relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O Banco de Investimento faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

**Resultados**

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2016 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.053.529 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 98.232 mil.

**Gestão de Riscos**

As atividades desenvolvidas pelo HSBC envolvem o dimensionamento, a avaliação, a aceitação e o gerenciamento de algum grau de risco ou de uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes a que o HSBC está exposto são representadas por: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado (incluindo risco de câmbio e taxa de juros), e risco operacional.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida pelo Grupo visa fomentar o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências. Através de um processo consolidado de governança corporativa o HSBC garante uma gestão efetiva de todos os riscos inerentes aos negócios no Brasil, conforme orientações das administrações regional e global da organização.

O HSBC revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos, além da condução dos seus negócios segundo as melhores práticas.

O conceito de responsabilidade pessoal, enfatizado pela estrutura de governança do Grupo, é difundido através de treinamentos e orientações, que reforçam a propagação de uma cultura construtiva e disciplinada, onde a gestão de riscos é responsabilidade de todos os colaboradores, aos quais cabe identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos.

**Três linhas de defesa**

Para viabilizar esta gestão, o HSBC possui um modelo de gerenciamento de risco operacional que inclui a adoção de Três Linhas de Defesa:

**• Primeira linha de defesa**

Todos os colaboradores são responsáveis por risco operacional e possuem função de Primeira Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e controles.

**• Segunda linha de defesa**

É composta principalmente pela área de Risco Operacional que tem a responsabilidade pela política, procedimentos e pela estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco de Investimento. A sua principal responsabilidade é fornecer consultoria, treinamento e supervisão das atividades de Risco Operacional. Cabe também à área de Risco Operacional, prestar o devido suporte para garantir uma avaliação de riscos eficaz visando reduzir perdas operacionais e melhorar os processos de controles internos, bem como, avaliar os riscos em relação aos aspectos reputacionais e legais. A área de Risco Operacional é responsável por definir o apetite de risco operacional gerenciando os requerimentos de capital operacional associados.

**• Terceira linha**

É representada pela Auditoria Interna Global que fornece garantia independente para a administração que o gerenciamento de risco operacional, governança e processos de controles internos estão operando efetivamente.

**Padrões Globais**

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantamos consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos Valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos foco em continuar com a aplicação dos nossos padrões e, em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tornamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar tanto o status como a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

**Padrões nos permitem:**

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem e;
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC tem reforçado ainda mais a estrutura da área de *Compliance* e vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo continuados, com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e assegurar o respeito às sanções e o combate à corrupção.

**Risco de Mercado**

A administração do risco de mercado no HSBC tem o objetivo de manter as posições do banco em linha com o perfil de exposição a risco de mercado determinado pelo Grupo HSBC, ao mesmo tempo em que busca o melhor atendimento possível às demandas de seus clientes.

A área de Tesouraria é responsável pela gestão do risco de mercado onde os limites aprovados pela Diretoria Administrativa do Grupo servem de referência. Estes são definidos de acordo com os tipos de carteira, os produtos negociados e os fatores de risco, levando-se sempre em consideração o risco de liquidez.

Uma vasta gama de ferramentas é utilizada para monitorar e limitar as exposições aos fatores de risco de mercado. Pode-se destacar análises de sensibilidade, testes de estresse e diversas medidas de Valor ao Risco (VaR).

**Risco de Crédito**

A cultura de gerenciamento do risco de crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento. De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes, de forma independente da área de Negócios.

**Gestão de Risco Operacional**

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil.

**Gerenciamento de capital**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.988 de 30 de junho de 2011, as principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação da empresa; utilizar sistemas adequados para o monitoramento das posições de capital assim como avaliar a adequação de capital face aos riscos assumidos e planejados de acordo com o plano anual de capital aprovado pelo Banco de Investimento. A abordagem de gerenciamento de capital do Banco de Investimento é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

**Controles Internos e Compliance**

O Banco de Investimento conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atuem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, do CMN, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral.

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF e Bacen, incluindo a Circular nº 3.461 de 24 de julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

**Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)**

Em outubro de 2010, o HSBC Bank USA acatou uma ordem de cessação imposta pelo OCC e o controlador indireto da companhia, a HNAH, acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (*Federal Reserve Board*) (Ordem no singular e 'Ordens' no conjunto). Essas Ordens exigiram melhorias com o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de *compliance* nos negócios americanos do HSBC, incluindo vários assuntos relacionados à *compliance* com a Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ('BSA'), e o combate à lavagem de dinheiro ('AML'). O HSBC Bank USA atualmente não está em *compliance* com as Ordens do OCC. Ações e medidas vêm sendo implementadas para endereçar as exigências das Ordens.

Em dezembro de 2012, a HSBC Holdings, HSBC North America Holdings ('HNAH') e HSBC Bank USA ('HBU') celebraram acordos de ajuste de conduta com agências governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido com relação a uso de políticas inadequadas de *compliance* quanto a normas previstas na Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ('BSA'), normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros - ou sanções (*Sanctions Law*). Dentre os acordos celebrados, o HSBC Holdings e o HSBC Bank USA celebraram um acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com, entre outros, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o 'US DPA'); e o HSBC Holdings acatou uma ordem de cessação, e o HSBC Holdings e HNAH acataram a aplicação de uma multa pecuniária pelo Conselho do Banco Central (*Federal Reserve Board*) ('FRB'). O HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ('OFAC') com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC e um termo de responsabilidade com a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority - FCA*) para cumprir com certas obrigações futuras relacionadas à lavagem de dinheiro e sanções. Adicionalmente, o HSBC Bank USA acatou a aplicação de uma multa pecuniária pelo FinCen (*Financial Crimes Enforcement Network*) e uma multa pecuniária separada com o OCC.

Por força destes acordos, o HSBC Holdings e o HSBC Bank USA realizaram pagamentos totalizando US\$ 1,9 bilhões às autoridades norte-americanas, e assumiu várias obrigações adicionais, incluindo, dentre outras, a continuar a cooperar de maneira irrestrita com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos em todas as investigações, a não cometer qualquer crime sob a lei federal dos Estados Unidos após a assinatura do acordo, e a manter um monitor de *compliance* independente ('Monitor'). Em Fevereiro de 2017, o Monitor entregou o seu terceiro relatório de revisão.

Por meio de suas revisões em cada país, o Monitor identificou potenciais problemas de *compliance* com normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros as quais o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o HSBC estão revisando em maiores detalhes. Adicionalmente, conforme mencionado nesta Nota, o HSBC é sujeito de outras investigações e revisões em curso conduzidas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O HSBC Bank plc também está sendo investigado pelo FCA no que diz respeito a sua conformidade com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro do Reino Unido e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro.

O HSBC Bank USA também celebrou dois compromissos de cessação de conduta com o OCC requerendo a correção das circunstâncias e condições mencionadas no relatório de investigação desta autoridade impondo certas restrições sobre o HBU na aquisição direta ou indireta de controle de, ou participação em, qualquer subsidiária financeira nova, ou na inclusão de novas atividades em suas subsidiárias financeiras existentes, sendo necessária obter para tal a aprovação prévia do OCC.

Os acordos com autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido não impedem a propositura de ações por parte de entidades privadas arguindo ou questionando, entre outras coisas, as políticas de *compliance* do Grupo HSBC e o cumprimento por parte do Grupo das políticas e normas de combate à lavagem de dinheiro, cumprimento das leis de sigilo bancário aplicáveis, e demais sanções desta natureza mesmo que não estejam previstos expressamente nos acordos.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank USA, HNAH e HSBC USA Inc. ("Grupo HSBC") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os indivíduos Réus violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao DPA norte-americano. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido de extinção da ação. O Autor pode recorrer da decisão.

Em julho de 2014, um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (sigla de *American Depositary Shares*), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012, propuseram ação indenizatória em face do HSBC Holdings e um ex-funcionário da empresa perante o Tribunal de Justiça de Ontário. Os Autores buscam indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões. Alegam que os Réus violaram precedentes legais e a legislação estatutária ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária, HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento da BSA, AML, sanções e outras leis.

Desde novembro de 2014, quatro ações foram propostas perante os Juízos Distritais Federais de Nova Iorque, Illinois e Texas, contra várias empresas do HSBC e outras partes cujos autores são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Iraque, Jordânia e México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram uma conduta ilegal de vários grupos sancionados em violação a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Essas ações encontram-se em estágio inicial.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas ações, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

**Demonstrações Financeiras**

A Diretoria revisou em março de 2017 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento de 31 de dezembro de 2016, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 15 de março de 2017 estas demonstrações financeiras.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 28 de março de 2017

A Diretoria

*(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)*
**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Ativo	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>267.576</b>	<b>80.031</b>		
<b>Disponibilidades</b>		<b>6.454</b>	<b>3.560</b>		
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>4</b>	<b>244.624</b>	<b>75.016</b>		
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar		244.624	-		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	75.016		
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>12.988</b>	<b>-</b>		
Instrumentos financeiros derivativos		12.988	-		
<b>Outros créditos - Diversos</b>		<b>3.443</b>	<b>1.455</b>		
Negociação e intermediação de valores		29	-		
Diversos	<b>6</b>	3.414	1.455		
<b>Outros valores e bens - Despesas antecipadas</b>		<b>67</b>	<b>-</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>936.581</b>	<b>745.215</b>		
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>894.879</b>	<b>714.349</b>		
Carteira própria		756.410	224.947		
Vinculados ao Banco Central		-	487.195		
Vinculados à Prestação de Garantias		125.257	2.207		
Instrumentos financeiros derivativos		13.212	-		
<b>Outros créditos - Diversos</b>	<b>6</b>	<b>41.702</b>	<b>30.866</b>		
<b>Permanente</b>		<b>11.550</b>	<b>138</b>		
<b>Investimentos - obras de arte</b>		<b>10</b>	<b>-</b>		
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>8</b>	<b>11.212</b>	<b>38</b>		
Outras imobilizações de uso		12.681	38		
(Depreciações Acumuladas)		(1.469)	-		
<b>Intangível</b>	<b>9</b>	<b>328</b>	<b>100</b>		
Ativos Intangíveis		411	100		
(Amortizações Acumuladas)		(83)	-		
<b>Total</b>		<b>1.215.707</b>	<b>825.384</b>		

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>300.277</b>	<b>14.727</b>	<b>704</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>315.708</b>
Aumento de capital	475.000	-	-	-	-	475.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.953	15.953
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	(4.900)	-	(4.900)
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	798	11.366	-	(12.164)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.789)	(3.789)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>775.277</b>	<b>15.525</b>	<b>12.070</b>	<b>(4.900)</b>	<b>-</b>	<b>797.972</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>475.000</b>	<b>798</b>	<b>9.507</b>	<b>(4.900)</b>	<b>-</b>	<b>482.264</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>775.277</b>	<b>15.525</b>	<b>12.070</b>	<b>(4.900)</b>	<b>-</b>	<b>797.972</b>
Aumento de capital	665.328	-	-	-	-	665.328
Redução de capital	(521.357)	-	-	-	-	(521.357)
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	49.213	-	49.213
Baixa de dividendos prescritos	-	-	4	-	-	4
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	98.232	98.232
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	4.911	57.458	-	(62.369)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.863)	(35.863)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>919.248</b>	<b>20.436</b>	<b>69.532</b>	<b>44.313</b>	<b>-</b>	<b>1.053.529</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>143.971</b>	<b>4.911</b>	<b>57.462</b>	<b>49.213</b>	<b>-</b>	<b>255.557</b>
<b>Saldos em 1º de julho de 2016</b>	<b>1.440.605</b>	<b>17.417</b>	<b>48.149</b>	<b>38.741</b>	<b>-</b>	<b>1.544.912</b>
Redução de capital	(521.357)	-	-	-	-	(521.357)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	60.264	60.264
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	5.572	-	5.572
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	3.019	21.383	-	(24.401)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.863)	(35.863)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>919.248</b>	<b>20.436</b>	<b>69.532</b>	<b>44.313</b>	<b>-</b>	<b>1.053.529</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>(521.357)</b>	<b>3.019</b>	<b>21.383</b>	<b>5.572</b>	<b>-</b>	<b>(491.383)</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

	Nota	2016		2015	
		Segundo Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>115.896</b>	<b>206.861</b>	<b>317.747</b>	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		110.272	201.237	15.291	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		9.406	9.406	-	
Resultado de operações de câmbio		(3.782)	(3.782)	-	
Operações de crédito		-	-	112	
Operações de arrendamento mercantil		-	-	302.344	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(4)</b>	<b>(4)</b>	<b>(267.773)</b>	
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(214.581)	
Operações de captação no mercado		(4)	(4)	(31.521)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>7</b>	(4)	(4)	(21.671)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>115.892</b>	<b>206.857</b>	<b>49.974</b>	
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(34.400)</b>	<b>(53.641)</b>	<b>(22.872)</b>	
Receitas de prestação de serviços	<b>14</b>	18.636	18.636	-	
Rendas de tarifas bancárias		-	-	354	
Despesas de pessoal	<b>15</b>	(38.865)	(63.871)	(647)	
Outras despesas administrativas	<b>17</b>	(9.362)	(14.534)	(3.288)	
Despesas tributárias	<b>18</b>	(5.531)	(9.815)	(15.648)	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**
**1. Contexto operacional**

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Os principais eventos ocorridos no período foram:

Em 28 de setembro de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi adquirida a M.A.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (criada em 22 de abril de 2015) pela acionista HSBC Latin America Holding (UK) Limited, e alterada a denominação social para HSBC Brasil Holding S.A., seu objeto social passou a ser a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras.

Através da AGE realizada em 28 de setembro de 2015, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo transferiu por cessão onerosa para a HSBC Brasil Holding S.A., pelo seu valor contábil, a totalidade das ações no montante de 120.534 da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A., antiga denominação do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento. Esta cessão faz parte de um processo de reestruturação societária no âmbito do Grupo HSBC Brasil, e justifica-se pela necessidade de realocação de negócios.

Em 1º de outubro de 2015 foi firmado o contrato de cessão dos direitos de crédito e outras avanças entre o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.) e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. O HSBC Bank adquiriu os direitos de crédito de titularidade do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.), referente à totalidade de suas operações de arrendamento mercantil. O preço da cessão correspondeu ao valor contábil dos créditos liquidos das obrigações entre as entidades, sendo o valor líquido de R\$ 292.244.

Em 05 de janeiro de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil para alteração do objeto social para banco de investimento.

Em 08 de junho de 2016 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em decorrência do processo de mudança de controle societário do HSBC Bank Brasil S.A. e subsidiárias, a partir de 1º de julho de 2016 o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento tornou-se a única instituição financeira do Grupo HSBC com atuação em território brasileiro.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2017.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**
**a. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional do Banco de Investimento é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

**b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

**c. Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisão para credores de liquidação duvidosa, e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

**e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

**f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

I. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria:

**Títulos disponíveis para venda** - são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

II. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco de Investimento possui apenas derivativos mantidos para negociação.

**g. Outras operações ativas e passivas**

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

**h. Imposto de renda contribuição social**

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015 e à alíquota de 20% entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

**i. Depósitos interfinanceiros**

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

**j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e CMN nº 3.484/10.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

**Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

**Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituintes e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

**k. Imobilizado de uso**

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzidos das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

**I. Intangível**

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

**m. Pagamento baseado em ações**

O Banco de Investimento dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

**4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2016				2015	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
<b>Aplicações no Mercado</b>						
Posição bancada	244.624	-	-	244.624	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	-	-	-	-	<b>75.016</b>	-
<b>Total</b>	<b>244.624</b>	-	-	<b>244.624</b>	<b>75.016</b>	-
Circulante				244.624	75.016	

**5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
**a. Títulos disponíveis para a venda**

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de Investimento está classificada como títulos disponíveis para venda, sendo apresentada conforme tabela abaixo:

	2016				2015			
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor de mercado	Efeito no patrimônio líquido
Letras financeiras do Tesouro Nacional	-	-	2.952	2.952	2.956	(4)	2.592	-
Letras do tesouro nacional	-	524.722	-	524.722	486.835	37.887	416.247	(2.617)
Notas do tesouro nacional - F	-	-	353.993	353.993	311.306	42.687	295.510	(6.293)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>524.722</b>	<b>356.945</b>	<b>881.667</b>	<b>801.097</b>	<b>80.570</b>	<b>714.349</b>	<b>(8.910)</b>
Longo Prazo				881.667			714.349	
Efeitos tributários						(36.257)		4.010
<b>Total</b>						<b>44.313</b>		<b>(4.900)</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de estimados ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

**b. Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco de Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender às necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a BMF&Bovespa S.A., Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 estava apresentada como segue:

	Ativo			Passivo		
	2016	2015	2015	2016	2015	2015
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Swaps	12.988	13.212	26.200	-	-	-
Futuros	29	-	29	-	5.782	5.782
<b>Total</b>	<b>13.017</b>	<b>13.212</b>	<b>26.229</b>	<b>-</b>	<b>5.782</b>	<b>-</b>

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na clearing de derivativos é composto por títulos públicos federais no montante de R\$ 121.480 (R\$ 0 em 2015).

	2016				2015			
	Valor de referência	Até 3 meses	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no resultado	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Swaps</b>								
<b>Posição ativa</b>								
CDI	513.933	-	4.313	49.448	53.761	19.453	34.308	-
<b>Posição passiva</b>								
USD	513.933	-	8.675	(36.236)	(27.561)	7.778	(35.339)	-
<b>Futuros</b>								
<b>Posição ativa</b>								
CDI	16.647	29	-	-	29	-	29	-
Compra	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição passiva</b>								
USD	558.680	(5.782)	-	-	(5.782)	-	(5.782)	-
Compra	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda	-	-	-	-	-	-	-	-

**Instrumentos financeiros derivativos por contraparte**

	2016			2015		
	Cientes	Instituições financeiras	Total	Cientes	Total	Total
Swaps	393.933	120.000	513.933	-	513.933	-
Contratos de futuros (*)	-	575.327	575.327	-	575.327	-
<b>Total</b>	<b>393.933</b>	<b>695.327</b>	<b>1.089.260</b>	<b>-</b>	<b>1.089.260</b>	<b>-</b>

(\*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a BMF&Bovespa

**Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação**

	Valor de referência			2015		
	BMF&Bovespa	Cetip	Total	2016	Total	Total
Swaps	-	513.933	513.933	-	513.933	-
Contratos de futuros	575.327	-	575.327	-	575.327	-
<b>Total</b>	<b>575.327</b>	<b>513.933</b>	<b>1.089.260</b>	<b>-</b>	<b>1.089.260</b>	<b>-</b>

**6. Outros créditos e outras obrigações - Diversos**

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações está demonstrada a seguir:

	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
<b>Outros créditos</b>				
Créditos tributários (Nota 20.c)	-	18.146	595	6.032
Devedores por depósitos em garantia (*)	-	20.653	-	21.646
Imposto de renda a compensar e a recuperar	-	2.489	-	2.372
Outros	3.414	414	860	816
<b>Total</b>	<b>3.414</b>	<b>41.702</b>	<b>1.455</b>	<b>30.866</b>
<b>Outras obrigações</b>				
Provisão para pagamentos a efetuar (**)	25.632	12.690	114	1.295
Provisão para passivos contingentes	-	-	-	60
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	81	-
Outras	1.699	-	144	795
<b>Total</b>	<b>27.331</b>	<b>12.690</b>	<b>339</b>	<b>2.150</b>

(\*) O Banco de Investimento mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por assuntos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 21.

(\*\*) Refere-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.

**7. Provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil**

Segue a demonstração da movimentação da provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil:

	2016		2015	
	Saldos no início do exercício	2016	Saldos no início do exercício	2015
Constituição líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	21.671
Baixas de provisão por cessão da carteira de crédito	-	-	-	(27.815)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**8. Imobilizado de uso**

O imobilizado de uso é composto por:

	2016			2015	
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	7.440	(674)	6.766	-
Sistemas de segurança e comunicações	10%	4.336	(606)	3.730	-
Sistemas de processamento de dados	20%	905	(189)	716	-
Imobilizações em curso	-	-	-	-	38
<b>Total</b>		<b>12.681</b>	<b>(1.469)</b>	<b>11.212</b>	<b>38</b>

**9. Intangível**
**a) Os ativos intangíveis são compostos por:**

	2016				2015	
	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual	Valor residual
Softwares adquiridos de terceiros	20%	411	(83)	328	-	-

**b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:**

	Saldo em 31/12/2015	2016			Saldo em 31/12/2016
		Aquisições	Baixas	Amortizações no período	
Softwares adquiridos de terceiros	-	411	-	(83)	328

**10. Fiscais e previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias estão demonstradas a seguir:

	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para riscos fiscais (Nota 21.a)	-	8.490	-	8.654
Provisão para tributos diferidos (Nota 20.c)	-	39.390	-	36
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	52.			

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**
**17. Outras despesas administrativas**

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2016	2015
Serviços técnicos especializados	(2.704)	(840)
Processamento de dados	(2.000)	(84)
Manutenção predial	(1.567)	-
Despesa de depreciação e amortização	(1.553)	-
Manutenção de hardware	(1.111)	-
Aluguel do escritório	(873)	-
Serviços do sistema financeiro	(607)	(208)
Despesas com viagens	(520)	-
Despesas de comunicações	(465)	(4)
Condomínio	(440)	(67)
Contrato compartilhamento de custos	(406)	(662)
Serviços de terceiros	(399)	(13)
Propaganda e publicidade	(287)	-
Promoções e relações públicas	(224)	(136)
Publicações	(163)	-
Material	(121)	(1)
Emolumentos e gastos legais	(21)	(745)
Contribuições filantrópicas	-	(349)
Outras	(1.073)	(179)
<b>Total</b>	<b>(14.534)</b>	<b>(3.288)</b>

**18. Despesas Tributárias**

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2016	2015
Despesas de contribuição ao COFINS	(8.257)	(12.720)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(1.345)	(2.128)
Outras despesas tributárias	(213)	(800)
<b>Total</b>	<b>(9.815)</b>	<b>(15.648)</b>

**19. Outras receitas e despesas operacionais**

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2016	2015
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação de despesas e encargos	12.695	-
Reversão de provisões operacionais	3.160	466
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.408	2.075
Outras	258	1
<b>Total</b>	<b>17.521</b>	<b>2.542</b>
<b>Outras despesas</b>		
Varição monetária sobre impostos	(717)	(962)
Descontos concedidos	-	(766)
Baixa de impostos a recuperar	-	(4.726)
Outros	(861)	(31)
<b>Total</b>	<b>(1.578)</b>	<b>(6.485)</b>

**20. Imposto de renda e contribuição social**
**a. Encargos devidos sobre as operações do exercício**

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2016	2015
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)</b>	<b>115.979</b>	<b>27.096</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*)</b>	<b>(52.190)</b>	<b>(10.838)</b>
(Adições)/exclusões permanentes	(2)	(140)
Incentivos fiscais e adicional de Imposto de Renda	131	373
Outros ajustes	(1.549)	(538)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício</b>	<b>(53.610)</b>	<b>(11.143)</b>

(\*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015 e à alíquota de 20%, entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, ajustado na forma da legislação, resultando em uma alíquota ponderada de 40%.

**b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social**

	2016	2015
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(66.092)	(20.947)
<b>Impostos diferidos</b>		
Constituição no exercício, sobre adições temporárias	12.482	9.804
<b>Total</b>	<b>(53.610)</b>	<b>(11.143)</b>

**c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Saldos em 31/12/2015	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2016
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>			
Provisão para contingências fiscais	1.990	4	1.994
Gratificações e participações no resultado	-	12.610	12.610
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	2.842	2.842
Provisão para honorários advocatícios	541	1	542
Outras	-	156	156
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>2.531</b>	<b>15.613</b>	<b>18.144</b>
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	4.010	(4.008)	2
<b>Total dos créditos tributários ativos</b>	<b>6.541</b>	<b>11.605</b>	<b>18.146</b>

**Imposto de renda e contribuição social diferido passivo**

	Saldos em 31/12/2014	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2015
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	(36.259)	(36.259)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	(3.131)	(3.131)
Outras	(36)	36	-
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>(36)</b>	<b>(39.354)</b>	<b>(39.390)</b>
<b>Total dos créditos tributários passivos</b>	<b>(36)</b>	<b>(39.354)</b>	<b>(39.390)</b>

**Créditos tributários líquidos**

	Saldos em 31/12/2014	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2015
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>			
Provisão para perdas com arrendamento mercantil	2.478	(2.478)	-
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.770	220	1.990
Outras	472	69	541
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>4.720</b>	<b>(2.189)</b>	<b>2.531</b>
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	4.010	4.010
<b>Total dos créditos tributários ativos</b>	<b>4.720</b>	<b>1.821</b>	<b>6.541</b>

**Imposto de renda e contribuição social diferido passivo**

	Saldos em 31/12/2014	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2015
Superveniência de depreciação	(12.029)	12.029	-
Outras	-	(36)	(36)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>(12.029)</b>	<b>11.993</b>	<b>(36)</b>
<b>Total dos créditos tributários passivos</b>	<b>(12.029)</b>	<b>11.993</b>	<b>(36)</b>

**Créditos tributários líquidos**

	Saldos em 31/12/2014	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2015
<b>Créditos tributários líquidos</b>	<b>(7.309)</b>	<b>13.814</b>	<b>6.505</b>

**d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social**

Ano	2016		Total	2015 Total
	Diferenças Temporárias	Contribuição Social		
2016	-	-	-	595
2017	6.367	3.820	10.186	1.557
2018	1.677	1.006	2.684	1.387
2019	782	469	1.251	1.322
2020	1.589	953	2.542	480
2021	145	87	232	184
2022	141	85	226	249
2023	143	86	229	329
2024	125	75	200	368
2025	176	106	282	70
2026	196	117	313	-
<b>Total</b>	<b>11.341</b>	<b>6.805</b>	<b>18.146</b>	<b>6.541</b>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 11,05% à 11,67% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 14.546 de diferenças temporárias.

**e. Créditos tributários não ativados**

O Banco de Investimento não possuía créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

**Diretoria em 31 de dezembro de 2016**

Alexandre de Barros Cruz e Guião <b>Diretor-Presidente</b>	Alexandre Maciel Thorpe <b>Diretor</b>
---------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

Caio Cezar Banti <b>Diretor</b>	Tiago Ezaio Pereira Bento <b>Diretor</b>
------------------------------------	---------------------------------------------

**21. Passivos contingentes e obrigações legais**

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e fiscais.

**a. Composição das provisões**

As provisões para contingências cíveis (em 2015) e fiscais são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por:

**Contingências cíveis:** ações de cobrança de danos materiais e morais, registro de informações em cadastros de restritivos e outros.

**Contingências fiscais:** processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2016	2015
Cíveis	-	60
Fiscais (Nota 10)	8.490	8.654
<b>Total</b>	<b>8.490</b>	<b>8.714</b>

**b. Movimentação das provisões**

	2016				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Utilizações (*)	Reversões	
Cíveis	60	-	-	(60)	-
Fiscais	8.654	732	-	(956)	8.490
<b>Total</b>	<b>8.714</b>	<b>732</b>	<b>-</b>	<b>(956)</b>	<b>8.490</b>

	2015				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Utilizações	Reversões	
Cíveis	53	7	-	-	60
Fiscais	13.135	581	(4.543)	(519)	8.654
<b>Total</b>	<b>13.188</b>	<b>588</b>	<b>(4.543)</b>	<b>(519)</b>	<b>8.714</b>

(\*) A utilização fiscal em 2015 refere-se ao pagamento de 43% na adesão ao Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT.

**c. Obrigação legal**

As provisões fiscais apresentadas na nota 20.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2016	2015
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (*)	8.300	8.514
<b>Total</b>	<b>8.300</b>	<b>8.514</b>

(\*) O montante de R\$ 8.300 (R\$ 8.514 em 2015) referente a ações provenientes das aquisições das operações no Brasil do Grupo Lloyds em 30 de junho de 2003 e do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos dos contratos de aquisição, essas ações estão sujeitas a indenização por parte dos vendedores caso as provisões contabilizadas atualizadas não sejam suficientes para a liquidação das causas em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

**d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 39.642 (R\$ 33.244 em 2015).

**22. Outras informações**
**a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)**

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 3.490/07 e normas posteriores.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015
Disponibilidades	1.522	6.454	3.560
Aplicações interfinanceiras de liquidez	786.000	244.624	75.016
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>787.522</b>	<b>251.078</b>	<b>78.576</b>

**c. Outras considerações**

Em 03 de agosto de 2015 foi anunciado pelo acionista controlador HSBC Holding plc um acordo, assinado em 31 de julho de 2015, com o Banco Bradesco S.A. para a alienação das operações do HSBC no Brasil, correspondentes a totalidade das ações do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e HSBC Serviços e Participações Ltda. O Banco de Investimento, assim como seu controlador HSBC Brasil Holding, não fizeram parte dessa alienação, devido a reestruturação societária ocorrida em 28 de setembro de 2015 (mencionada na nota explicativa 1), em que o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo transferiu por cessão onerosa as ações do Banco de Investimento para HSBC Brasil Holding S.A.

**Relatório dos Auditores Independentes**
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2017


**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
 CRC 2SP000160/O-5

**Emerson Laerte da Silva**  
 Contador  
 CRC 1SP171089/O-3